



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS
E RELIGIOSOS

COMUNICAÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA HELENA MATEUS KIDA, MINISTRA DA JUSTIÇA, ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E RELIGIOSOS POR OCASIÃO DA APROVAÇÃO DO DECRETO DO CONSELHO DE MINISTROS SOBRE AS MEDIDAS DE EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA NA SEQUÊNCIA DO DECRETO PRESIDENCIAL QUE DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA.

Maputo, 02 de Abril de 2020

Senhores Jornalistas, parceiros do Governo na área de informação e formação dos cidadãos, em particular, no momento que o País e o mundo atravessam de Pandemia do COVID-19;

Tomamos esta oportunidade para através dos vossos órgãos de comunicação social, partilharmos com o povo moçambicano as medidas de Execução Administrativa na sequência do Decreto Presidencial que declara o Estado de Emergência, adoptadas ontem pelo conselho de Ministros, reunido na sua 4ª Sessão Extraordinária.

A Constituição da República de Moçambique consagra para os cidadãos determinados direitos, liberdades e garantias fundamentais que dado o carácter que assumem o seu exercício e gozo só podem ser restringidos e limitados em decorrência de situações concretas que a própria Constituição determina, é o caso, dentre outras, a declaração do Estado de Emergência.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a infecção causada pelo vírus Covid-19 como uma emergência de saúde pública global e, mais tarde, a declarou como pandemia, elevando a situação para calamidade pública mundial.

Na sequência da declaração da OMS, o Presidente da República, considerando eminente um desastre humanitário no país, resultante do COVID-19, declarou o

Estado de Emergência, através do Decreto Presidencial nº 11/2020, de 30 de Março.

O Decreto que vai concretizar e operacionalizar medidas urgentes de excepção, necessárias, adequadas, proporcionais à situação, visando prevenir a propagação da pandemia do COVID-19, salvaguardar a vida humana, a saúde pública e assegurar o funcionamento dos serviços, versa essencialmente sobre as seguintes medidas:

1. Suspensão temporária:

a) os vistos de entrada e igualmente cancelados os vistos já emitidos;

b) acordos de supressão de vistos

c) Suspensão de emissão de documentos

- i. De viagem;
- ii. De identificação civil;
- iii. Certidão de casamentos;
- iv. De Registo predial;
- v. De registo criminal;
- vi. De registo automóvel;
- vii. De registo de entidades legais;
- viii. Carta de condução;
- ix. Livrete e títulos de propriedade;
- x. Licenças; e
- xi. NUIT

Na mesma senda sobre a Validade dos documentos oficiais caducados, temos a esclarecer que são válidos e eficazes, até 30 de Junho de 2020, os documentos oficiais mesmo que caducados, nomeadamente:

- a) Bilhete de identidade;
- b) Carta de condução; e,
- e) vistos temporários e de identificação e residência de cidadãos estrangeiros.

2. Sobre o regime Quarentena Obrigatória, esclarecemos que estão sujeitos ao regime da quarentena obrigatória, institucional ou domiciliar:

- a) Os doentes com Covid-19 e os infectados com SARS-Cov2; e
- b) Os cidadãos relativamente a quem as autoridades sanitárias competentes determinem situação de vigilância activa.

A violação da quarentena domiciliar dá lugar à sua transformação em quarentena institucional, podendo as autoridades competentes invadir o domicílio do infractor para a recolha em caso de resistência.

3. Em relação ao funcionamento das Instituições Públicas e Privadas, mantêm-se em funcionamento as instituições públicas e privadas, devendo, entretanto,

ser observadas cumulativamente as medidas de prevenção e controlo do COVID-19, nomeadamente:

- a) Distanciamento interpessoal de 1,5m, no mínimo;
- b) Etiqueta da tosse;
- c) Lavagem frequente das mãos;
- d) Desinfecção das instalações e equipamentos;
- e) Não partilha de utensílios de uso pessoal;
- f) Arejamento das instalações;
- g) Redução, em reuniões ou locais de aglomeração, do número de pessoas, para o máximo de 20 (vinte) pessoas, quando aplicável, exceptuando situações inadiáveis do funcionamento do Estado.

Relativamente ao efectivo laboral presencial é reduzido para uma quantidade não superior a 1/3, na proporção de rotatividade de serviço de 15 em 15 dias.

A redução de pessoal, para efeitos do cumprimento do número anterior, não se confunde com dispensa do trabalho, devendo ser adoptados mecanismos que assegurem a continuação do trabalho em casa, havendo condições.

Esta medida não abrange funcionários públicos que ocupam cargos de direcção, chefia e confiança, os quais mantêm o pleno exercício das suas funções.

4. Os Mercados e venda formais mantêm-se em funcionamento, no período compreendido entre as 6 horas e as 17 horas.

Sem prejuízo do disposto no número anterior, por recomendação das autoridades sanitárias competentes, podem ser encerrados os mercados formais, sempre que se esteja em presença comprovada de alto risco de contágio.

Os órgãos gestores dos mercados devem criar as condições para a observância do distanciamento recomendável entre os vendedores e entre estes e os compradores e ou uso de máscaras.

6. São interditas as actividades recreativas, desportivas, culturais e de lazer realizadas em espaço público. Por conseguinte, são encerrados:

- a) Discotecas;
- b) Salas de jogos;
- c) Bares e barracas destinadas à venda de bebidas alcóolicas;
- d) Ginásios desportivos;
- e) Museus;
- f) Bibliotecas;
- g) Teatros;
- h) Monumentos e similares;
- i) Entre outros.

São suspensas a realização de feiras e exposições.

7. Estão suspensos os cultos e celebrações religiosas na sua dimensão colectiva em todos os lugares de culto, entretanto, não se impede o direito à liberdade de culto na sua dimensão individual ou domiciliária, em estrita obediência às medidas de prevenção do COVID-19, prescritas neste decreto.

8. O número de participantes em cerimónias fúnebres é de 20 (vinte), assegurando o cumprimento do distanciamento social.

Os funerais de óbitos por COVID-19, são participados por um máximo de 10 (dez) pessoas.

Independentemente da causa da morte, os participantes de cerimónias fúnebres, são obrigados ao uso de máscaras.

Os gestores dos cemitérios devem adoptar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

9. Relativamente as visita a estabelecimentos hospitalares:

a) São reduzidas as visitas a cidadãos internados nos estabelecimentos hospitalares, ao máximo de duas pessoas por dia por cada doente.

b) É interdita a visita aos doentes padecendo de COVID-19.

10. São interditas visitas aos estabelecimentos penitenciários, podendo continuar a entrega de refeições, mediante desinfecção dos recipientes, no âmbito das medidas de prevenção e controlo do COVID-19.

É garantida a continuação da assistência médica aos cidadãos presos ou detidos doentes.

Os órgãos competentes devem garantir a disponibilização de informação aos familiares sobre a situação dos cidadãos internados, presos e detidos.

11. No que respeita aos Transportes colectivos de pessoas e bens, importa esclarecer que:

a) Fica proibida a prestação de serviços de moto-táxi e bicicleta-taxi;

b) É definido o limite máximo de 1/3 de passageiros em simultâneo em transportes colectivos, públicos ou privados, em relação à sua capacidade;

c) Os proprietários das empresas ou dos veículos devem garantir as condições de higiene e segurança sanitária.

d) A violação do disposto no presente artigo por parte de prestadores de serviço privados pode determinar a apreensão do veículo.

e) O Ministério dos Transportes e Comunicações deve praticar os actos necessários e adequados para garantir os serviços de transporte de pessoas e bens essenciais, por via dos transportes terrestres, marítimos e aéreos, assim como a manutenção e funcionamento das infra-estruturas essenciais.

12. N que tange a Intervenção das Forças de Defesa e Segurança, esclarecemos que as Forças de Defesa e Segurança podem ser chamadas para garantir o cumprimento das medidas de prevenção e controlo do COVID-19, na vigência do Estado de Emergência.

13. É determinada requisição civil de médicos, enfermeiros e outro pessoal de saúde, fora do Sistema Nacional de Saúde.

Exceptuam-se do disposto no número anterior os médicos, enfermeiros e outro pessoal de saúde particularmente vulneráveis à pandemia Covid-19.

14. já que aqui estão os Órgãos de comunicação social queremos que esclarecer que:

- a) Os órgãos de comunicação social públicos e privados mantêm-se em funcionamento devendo, no interesse público, colaborar com as autoridades competentes.
- b) Os órgãos competentes de gestão podem adoptar medidas de diminuição do efectivo laboral presencial durante a vigência do Estado de Emergência, salvaguardando sempre a prestação dos serviços essenciais.
- c) Os órgãos competentes devem, com a regularidade recomendável, assegurar informação pública sobre a evolução da pandemia em Moçambique.
- d) Os órgãos de comunicação social públicos e privados devem reservar espaço na sua grelha de programação para informar sobre a pandemia do COVID-19, nos termos a definir pelo Gabinete de Informação – GABINFO.

Consideramos que estas são as questões essenciais que julgamos pertinentes partilhar com V.Excias, entretanto o mesmo Decreto contempla ainda matérias que se referem a, Protecção especial

de cidadãos vulneráveis Regularização fiscal à posteriori, Licenciamento para importação de bens essenciais, Protecção de inquilinos, Medidas de protecção individual, Medidas de protecção individual, Créditos bancários, Inspecção das actividades económicas, Dever de Cooperação, Audição em Saúde Pública, Acções de sensibilização e educação cívico-sanitária, Voluntariado, Validade das Medidas que não contrariam o Presente Decreto.

Muito obrigado pela vossa atenção.



NEWSLETTER

APRIL 2020



MONTHLY TAX OBLIGATIONS

| DATE | OBLIGATION | DESCRIPTION | LEGAL BASIS |
|--|--------------------------------|--|---|
| UNTIL DAY 10 | Social Security | Payment of employees Social security contribution from salaries of previous month. | Art.11 of Decree no. 53/07, of 3 December |
| UNTIL DAY 20 | Stamp Tax | Payment of taxes related to bills of exchange and promissory notes resulting from the use of credit in financial transactions and insurance policies which fiscal obligations were incurred in the previous month. | Art.16, no.1 of Decree no. 6/2004 |
| UNTIL DAY 20 | IRPS (Personal Income Tax) | Payment of withheld taxes from Personal Income Tax Code (includes PAYE). | Art.65 CIRPS |
| UNTIL DAY 20 | IRPC (Company Income Tax) | Payment of Corporate Tax. | No.5, Art.67 CIRPC |
| UNTIL DAY 20 | Specific Tax on Oil Production | Payment of Oil production taxes for the previous month. | Art.10 of Decree no. 4/2008 |
| UNTIL DAY 20 | Mining Production Tax | Payment of mineral extraction taxes for the previous month. | Art.10 of Decree no. 5/2008 |
| UNTIL DAY 15 | VAT | Normal Regime Submission to relevant Tax Authority the periodic statement of the previous month when there are credits. | Art.25, point c), no.1, Art. 32 of CIVA |
| UNTIL THE LAST DAY OF THE MONTH | | Normal Regime Submission to relevant Tax Authority the periodic statement of the previous month with respective payment. Taxpayers who did not perform any taxable transaction are also required to submit periodic statement. Isolated acts Taxable persons who performed independently a single taxable transaction should submit the respective statement (Model E). | Art.25, point c), no.1, Art. 32 of CIVA Art.33 of CIVA |

ADMINISTRATIVE ENFORCEMENT MEASURES FOR THE PREVENTION AND CONTAINMENT OF THE SPREAD OF COVID-19 PANDEMIC

Decree No. 12/2020 of 2 April

The Constitution of the Republic of Mozambique consecrates, for citizens, certain fundamental rights, freedoms and guarantees whose exercise and enjoyment can only be restricted and limited as a result of specific situations that the Constitution itself determines.

As the World Health Organization declared COVID-19 a global pandemic, the President of the Republic decreed the State of Emergency through Presidential Decree No. 11/2020, of 30 March, which was ratified by the Assembly of the Republic, through Law no. 1/2020, of March 31.

This Decree aims to concretize and operationalise urgent necessary, appropriate and proportional measures of exception to prevent the spread of the COVID-19 pandemic, safeguarding human life, public health and ensuring the functioning of services.

Under the provisions of article 3 of Law no. 1/2020, of 31 March, which ratifies Presidential Decree no. 11/2020, of 30 March, which declares a State of Emergency, the Council of Ministers decrees:

Article 1 (Approval)

Are approved Administrative enforcement measures for the prevention and containment of the spread of COVID-19 pandemic, to be in force during the State of Emergency.

Article 2 (Scope of application)

This Decree applies to all national and foreign citizens, public and private institutions, in the national territory.

Article 3 (Quarantine)

1. Are subject to the 14 days home quarantine regime
The following :
 - a) All persons who have entered the country in the last two weeks;
 - b) All persons who have had direct contact with confir-

med cases of COVID-19; and

- c) Citizens for whom the competent health authorities determine an active surveillance situation.

2. Patients with COVID-19 must be admitted to an appropriate health establishment for therapeutic purposes.
3. The infringement of the provisions of paragraph 1 of this article gives rise to confinement at home or appropriate establishment, with preventive objectives.
4. Competent bodies must create the necessary conditions for the real-time knowledge of the location, by geo-location, of the persons listed in number 1 of this article.

Article 4 (Visit to the hospital)

1. Visits to hospitalized citizens in hospital establishments are reduced, to a maximum of two people per day, for each patient.
2. Is prohibited visiting patients with COVID-19.

Article 5 (Extension of the screening and testing scale)

Public health authorities, in partnership with private, must create the necessary conditions for the expansion of the COVID-19 screening scale and testing.

Article 6 (Special protection)

1. Citizens at risk of contagion by COVID-19 are subject to special protection, namely:
 - a) aged 60 years or older;
 - b) People with a disease considered at risk, according to the guidelines of the health authorities, namely, the immunocompromised, the renal patients, the hypertensive, the diabetic, the cardiovascular patients, the patients with chronic respiratory disease and the cancer patients; and
 - c) Pregnant women.
2. The citizens covered by the provisions of the previous number, when they have an employment relationship with an entity, public or private, that must provide services while the State of Emergency is in place, have priority in the dismissal of face-to-face work activity.

Article 7

(Mobilisation for the provision of health services)

1. It is determined the compulsory mobilisation of doctors, nurses and other health personnel outside the National Health System.
2. The previous paragraph shall not apply to doctors, nurses and other health personnel who are particularly vulnerable to the COVID-19 pandemic.
3. It is up to the Ministry that oversees the health area to create the conditions for the materialization of the measures provided in this article.

Article 8

(Document issuing suspension)

The issuing of the following official documents is suspended:

- a) Travel;
- b) Civil identification, with the exception of birth and death registration;
- c) Marriage certificate;
- d) Land registration;
- e) Criminal record;
- f) Vehicle registration;
- g) Registration of legal entities;
- h) Driving license;
- i) Vehicle carnet and ownership titles;
- j) Licenses; and
- k) Taxpayer ID.

Article 9

(Suspension and cancellation of visas and visa suppression agreements)

During the term of the State of Emergency, is temporarily suspended:

- a) Issuing of entry visas and cancelling of visas already issued; and
- b) Visa suppression agreements.

Article 10

(Validity of expired official documents)

The following official documents are valid and effective until 30 June 2020, even if expired:

- a) Identity card;
- b) Driving license;
- c) Document of Identification and Residence of Foreigners and temporary visas; and
- d) Car vehicle import clearance.

Article 11

(Licenses and authorizations)

As long as the State of Emergency is in force, licenses, authorizations or other types of administrative acts remain valid regardless of the length of the respective term.

Article 12

(Limitation of entry and exit of people)

1. All transit points are closed, except the following:
 - a) Negomano, in Cabo Delgado Province;
 - b) Mandimba, Il Congresso e Entrelagos, Niassa Province;
 - c) Melosa, in the Zambézia Province;
 - d) Cassacatisa, Cuchamano and Zóbwè, Tete Province; e) Machipanda, Manica Province;
 - f) Chicualacuala, Gaza Province; and
 - g) Ressano Garcia and Namaacha, Maputo Province.
2. All Airports are closed, except:
 - a) Pemba Airport, Cabo Delgado Province;
 - b) Lichinga Airport, Niassa Province;
 - c) Nampula Airport, Nampula Province;
 - d) Quelimane Airport, Zambézia Province;
 - e) Chingodzi Airport, Tete Province;
 - f) Chimoio Airport, Manica Province;
 - g) Beira Airport, Sofala Province;
 - h) Inhambane and Vilanculos Aerodromes, Inhambane Province; and
 - i) Maputo Airport, Maputo City.
3. All Ports are closed, except:
 - a) Port of Nacala, Nampula Province;
 - b) Ports of Quelimane and Pebane, Province of Zambézia;
 - c) Port of Beira, Sofala Province; and
 - d) Port of Maputo, Maputo Province.

Article 13

(Vocational education and training establishments)

Due to the closure of educational establishments, public and private, at all levels of the National Education System, as well of the vocational Education, the supervisory institutions will issue instructions that ensure the fulfillment of the educational programme and the adjustment of school calendars.

Article 14

(Prohibition of public and private events and closure of entertainment commercial establishments and similar)

1. Cultural, recreational and sports activities held in public spaces are prohibited.

2. As a result of the prohibition provided for in the preceding paragraph, are closed:

- a) Nightclubs;
 - b) Game rooms;
 - c) Bars and tents for the sale of alcoholic beverages;
 - d) Sports gymnasiums, with the exception of therapeutic activities;
 - e) Public swimming pools;
 - f) Sports halls;
 - g) Recreational activities such as collective training and official or recreational collective games;
 - h) Playing fields;
 - i) Museums;
 - j) Libraries;
 - k) Theaters; and
 - l) Monuments and similar, except in the case of State ceremonies, provided that the maximum limit of 20 (twenty) participants is observed.
3. It is prohibited to go to beaches for leisure reasons, except in cases of fishing.
4. Is suspended the holding of fairs and exhibitions.

Article 15

(Cults and religious celebrations)

1. Are suspended cults and Religious celebrations in collective, in all places of worship.
2. The provisions of the previous number do not hinder the exercise of the right to freedom of worship, individual or domicile, in strict compliance with the COVID-19 prevention and control measures.

Article 16

(Funeral ceremonies)

1. The number of participants in the holding of funeral ceremonies must not exceed 20 (twenty) people, and must ensure compliance with social distance.
2. The number of participants in funeral ceremonies of people suffering from COVID-19 must not exceed 10 (ten) people.
3. Regardless of the cause of death, participants in funeral ceremonies are required to wear masks.
4. The managers of the cemeteries must take the necessary measures to comply with the provisions of this article.

Article 17

(Functioning of public and private institutions)

1. Public and private institutions continue functioning and must observe the COVID-19 prevention and control measures.
2. Are cumulative prevention and control measures of COVID-19, namely:
 - a) Interpersonal distance of 1.5m, at least;
 - b) Cough etiquette;
 - c) Frequent hand washing;
 - d) Disinfection of facilities and equipment;
 - e) Not sharing personal use utensils;
 - f) Ventilation of facilities; and
 - g) Reduction, in meetings or agglomeration places, the number of people, to a maximum of 20 (twenty), when applicable, except for urgent situations of functioning of the State.
3. The presential workforce is reduced to an number not exceeding 1/3, with service teams rotating every 15 days.
4. The reduction of personnel, for the purposes of complying with the previous number, shall not be confused with waiver from work, and mechanisms must be adopted to ensure the continuation of work at home, if possible.
5. It is up to each entity, public or private, to define modalities of working at home.
6. The measure provided in paragraph 3 of this article does not cover State officials and agents who hold positions of direction, leadership and trust, whom shall maintain the full exercise of their functions.

Article 18

(Suspension of services of public interest)

Public and private institutions that provide public services may reduce the volume of services provided, in order to comply with the provisions of Article 17 of this Decree.

Article 19

(Individual protection measures)

1. Public and private institutions that remain operating under the terms of this Decree must guarantee essential conditions for the individual protection of State officials and agents, workers as well as users and respect the guidelines of health authorities.
2. The public service must observe the guidelines on interpersonal distance between people.

3. Special and particular attention must be paid to the protection of health professionals and agents.

Article 20 (Markets)

1. Markets remain in operation between 6 am and 5 pm.
2. Without prejudice to the provisions of the preceding paragraph, on the recommendation of the competent health authorities, markets may be closed.
3. The management bodies of the markets must create conditions for observing the recommended interpersonal distance between sellers and between them and buyers, as well as the use of masks.
4. The bodies mentioned in the previous number must create conditions for the regular disinfection of markets, as well as hygiene and sanitation of the environment.

Article 21 (Inspection of economic activities)

1. The competent bodies for the inspection of economic activities remain in office.
2. Inspection activities aiming to identify and sanction price speculation practices by commercial establishments must be reinforced.

Article 22 (Industrial and agricultural activities)

1. Industrial and agricultural entities must guarantee the use of COVID-19 prevention and control measures, necessary for the protection of service personnel.
2. It is the responsibility of the Ministers who oversee the areas of industry and commerce and agriculture to reorient the agricultural and industrial sector for the production of inputs necessary to face the pandemic situation.

Article 23 (Licensing to import essential goods)

1. The import of food, medicines, biosafety material, diagnostic tests and other essential products is subject to an exceptional licensing regime.
2. It is up to the Ministers who oversee the areas of finance, transport, industry and commerce and the Bank of Mozambique to define the regime referred to in the previous paragraph, which should favor facilitation and de-bureaucratization.

Article 24 (Tax regularization)

1. The payment of taxes on the import of food, medicine and other essential goods is subject to the subsequent regularization regime.
2. It is up to the Ministry that oversees the area of finance ensure the mechanisms for applying the provisions of the previous paragraph of this article.

Article 25 (Bank credits)

During the validity of the State of Emergency, are void interpellations, arrears and executions resulting from the delay in fulfilling obligations that cannot be carried out due to the application of the measures provided in this Decree.

Article 26 (Collective transport of people and goods)

1. is defined the maximum limit of 1/3 passengers, simultaneously, in collective transport, public or private, in relation to their capacity.
2. The provision of motorcycle taxi and bicycle taxi services is prohibited.
3. Owners of the companies or vehicles must ensure conditions of hygiene and health safety.
4. Violation of the provisions of this article by transport service providers implies the seizure of the vehicle.
5. The Ministry that oversees the transport area must take the necessary and appropriate acts to guarantee the services of transporting people and essential goods, by means of land, sea and air transports, as well as the maintenance and functioning of essential infrastructures.

Article 27 (Media outlets)

1. The media, public and private, remain in operation and must, in the public interest, collaborate with the competent authorities.
2. The competent management bodies must adopt measures for reduction of the presential workforce during the State of Emergency, always safeguarding the provision of essential services.
3. The competent bodies should, with the recommended regularity, ensure public information on the evolution of the pandemic in Mozambique.
4. Public and private media should reserve space on their

programme schedule to report on the COVID-19 pandemic, under terms to be defined by the Information Office - GABINFO.

5. During the validity of the State of Emergency, the media that transmit information about COVID-19 contrary to the official are sanctioned.

Article 28

(Safeguarding of the legal and labor relations)

1. Is prohibited the termination of legal-labor relations based on the absence of workers from the workplace, as a result of the prevention and control measures of COVID-19.

2. The provisions of the preceding paragraph do not prevent the adoption of disciplinary measures, namely for State officials and agents, as well as workers with a duty to provide service during the term of the State of Emergency.

Article 29

(Protection of tenants)

1. It is prohibited, during the State of Emergency, to evict a tenant in rental contracts for housing purposes.

2. The provisions of the previous number do not relieve the tenant the duty to pay the rent due.

Article 30

(Visit to the penitentiary establishment)

1. Visits to penitentiary establishments are prohibited, being able to continue the delivery of meals to those on a special diet, observing the prevention and control measures of COVID-19.

2. Is guaranteed the Continuation of medical assistance to citizens in prison or detainees who are ill.

3. The competent bodies should ensure the availability of information to family members about the situation of interned, imprisoned and detained citizens.

Article 31

(Intervention by the Defense and Security Forces)

During the validity of the State of Emergency, the Defense and Security Forces may be called upon to ensure compliance with the COVID-19 prevention measures.

Article 32

(Duty to cooperate)

Citizens and public and private entities have a duty to collaborate, namely in the fulfillment of orders or instructions from the bodies and agents responsible for secu-

rity, civil protection and public health, in the prompt satisfaction of requests, which are justifiably made to them by the competent entities for the implementation of the measures provided for in this Decree.

Article 33

(Volunteering)

Whenever recommended, voluntary actions can be promoted to ensure essential functions to the implementation of the measures provided in this Decree.

Article 34

(Exceptional public procurement regime)

1. The purchase of urgent goods and services necessary to the control and combat of the pandemic is subject to an exceptional regime.

2. Essential goods and services, namely medicines, hospital supplies, biosafety supplies, diagnostic tests and other essential supplies, can be purchased under a simplified contracting regime.

3. It is up to the responsibility of the Ministry that oversees the area of finance to create conditions for the implementation of the provisions of this article.

Article 35

(Civic-health education and awareness-raising actions)

The competent bodies should implement additional measures with a view to raising awareness and civic-sanitary education of citizens about the COVID-19 pandemic, namely through mass media, public and private and others considered appropriate.

Article 36

(Additional measures)

All additional measures adopted by the competent authorities for the prevention and control of the COVID-19 pandemic are valid and effective, provided that they do not contravene the provisions of this Decree.

Article 37

(Sanction)

Failure to comply with the restriction measures in the cases provided for in this Decree constitutes a crime of disobedience, punishable under criminal law.

Article 38

(Entry into force)

This Decree enters into force on the date of its publication.

REMOTE WORK SOLUTIONS

We live in unique moments that compel us to also think of unique solutions and, for that purpose, we want to make you aware that BDO can support you in remote work solutions.

We are aware that, given the current situation, it will be a huge challenge to keep business flowing smoothly but there is no need to stop. From home, employees can continue to have access to billing and collection systems, accounting, salary processing and other essential resources to keep the company running.

We can assist in the design and implementation of solutions:

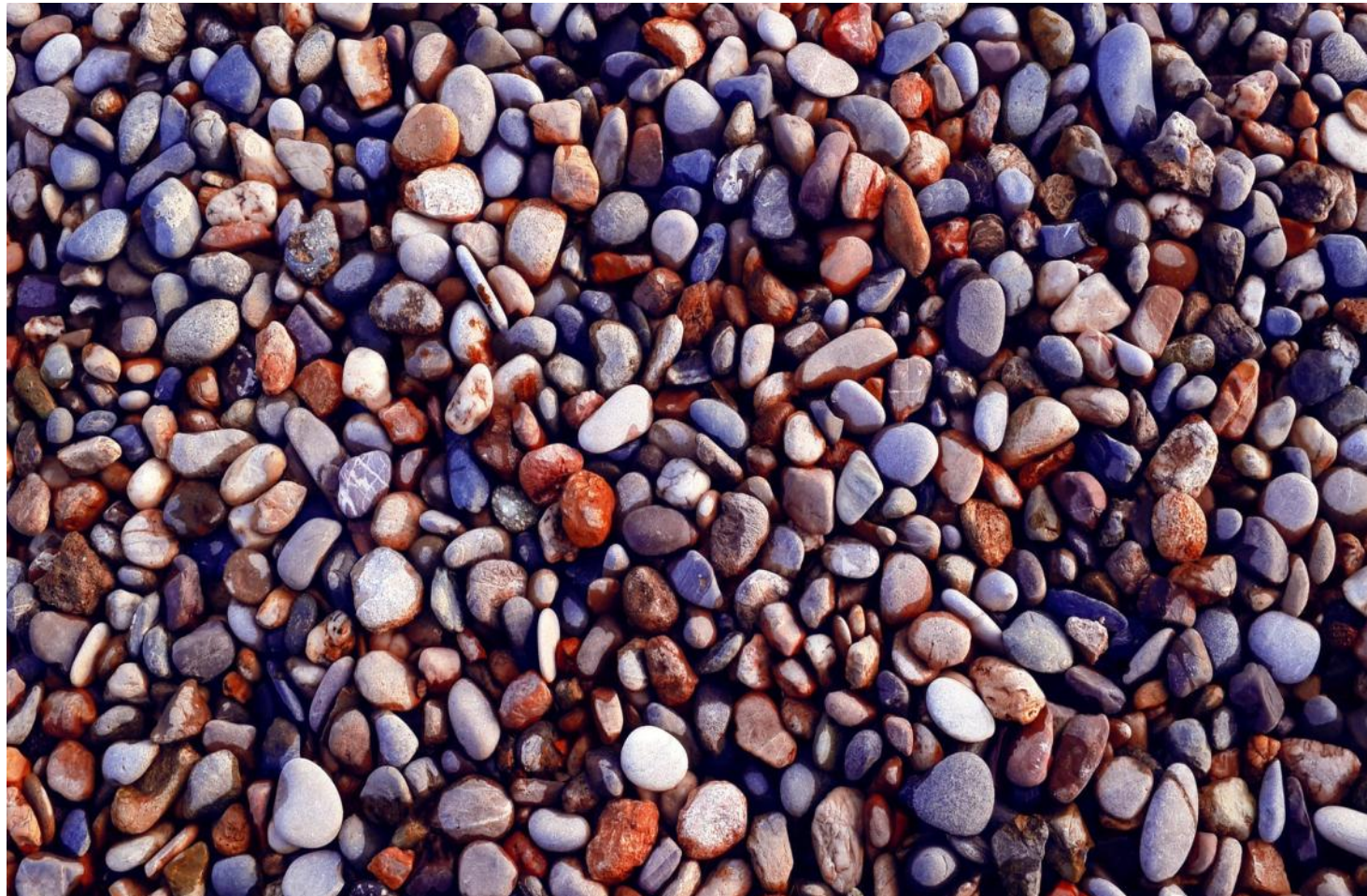
- Remote access to your company's network and systems
- Collaboration solutions (voice / video) and document sharing so that your employees cooperate even when they are physically dispersed
- Systems for automation of tasks and automatic sending of documents (invoices, receipts, notifications, etc.)
- Technologies for virtual meetings

Additionally, this is an excellent time to take advantage and train your team through online courses that you can customize. We have a qualified team ready to remotely provide training tailored to your needs

If you have any specific need, we are available to schedule a phone call or video conference for more information.

Email: bdo@bdo.co.mz

Phones: +258 21 300720 / +258 21 340400



NOMINAL LIST

The deadline for submission of the Nominal list – Employee list at the service of the company - to the Ministry of Labour, Employment and Social Security is until May 31 of the current year.

Completion of the nominal list must be done based on the data from the month of March of the current year as stipulated in number 3 of Article 6 of Ministerial Diploma No. 87/2018 of September 27 and its submission online through an application called *Sistema de Gestão de Folha de Relação Nominal* available on the website of the Ministry of Labour, Employment and Social Security.

ECONOMIC INDICATORS

Below the current situation of economic indicators:

| Economic Indicators | Average 2019 | Apr-2019 | Feb-2020 | Mar-2020 | Apr-2020 |
|--|--------------|----------|----------|----------|----------|
| Mandatory Reserves (RO) in foreign currency | 36% | 36% | 36% | 36% | 36% |
| Mandatory Reserves (RO) in local currency | 14% | 14% | 13% | 13% | 13% |
| Monetary policy interest rate (MIMO) | 13,33% | 14,25% | 12,75% | 12,75% | 12,75% |
| Interest rate of marginal lending facility (FPC) | 16,33% | 17,25% | 15,75% | 15,75% | 15,75% |
| Interest rate of deposit facility (FPD) | 10,33% | 11,25% | 9,75% | 9,75% | 9,75% |
| Exchange rate MZN/USD (beginning of the month) | 63,24 | 64,34 | 64,52 | 65,99 | 67,38 |

LEGISLATION PUBLISHED DURING THE MONTH OF MARCH

ASSEMBLY OF THE REPUBLIC:

■ Law n.º 1/2010:

Ratifies the Declaration of the State of Emergency, contained in Presidential Decree No. 11/2020, of 30 March.

■ Decree No. 9/2020:

Creates the *Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte*, abbreviated as ADIN.

■ Decree No. 10/2020:

Approves the Regulation for Licenses for Electrical Installations and revokes Decrees No. 48/2007, of 22 October, which approves the Regulation for Licenses for Electrical Installations and Decree No. 10/16, of 25 April, which introduces changes to the Regulation for Licenses for Electrical Installations.

■ Resolution No. 1/2020:

Election of the First and Second Vice-Presidents of the Assembly of the Republic.

■ Resolution No. 2/2020:

Election of the members of the Permanent Commission of the Assembly

of the Republic.

■ Resolution No. 3/2020:

Election of the members of the Board of Directors of the Assembly of the Republic.

■ Resolution No. 4/2020:

Election of the members of the Work Commissions of the Assembly of the Republic.

■ Resolution No. 5/2020:

Election of the members of the National Group to the Pan-African Parliament.

■ Resolution No. 6/2020:

Election of members of the National Group to the Parliamentary Forum of Portuguese Speaking Countries.

■ Resolution No. 7/2020:

Election of members of the National Group to the SADC Parliamentary Forum.

■ Resolution No. 8/2020:

Election of the members of the National Group to the Commonwealth Parliamentary Association.

■ Resolution No. 9/2020:

Election of the members of the National Group to the Inter-Parliamentary.

■ Resolution No. 10/2020:

Election of the members of the National Group to the Organization of the Islamic Conference.

■ Resolution No. 11/2020:

Election of the members of the National Group to the ACP-EU Joint Assembly.

■ Dispatch of 28 February 2020:

Designates the members of the Parliamentary Women's Office.

■ Dispatch of 28 February 2020:

Designates the members of the Parliamentary Youth Office.

■ Dispatch of 28 February 2020:

Designates members of the Parliamentary Office for the Prevention and Combat of HIV-AIDS.

■ Dispatch of 2 March 2020:

Designates the President of the Board of Directors of the Assembly of

the Republic.

■ **Announcement of 12 February 2020:**

Vacancy left by Ms. Margarida Sebastião Mapandzene Chongo is filled by Mr. Feliz Avelino Sílvia, deputy deputy of the Frelimo Parliamentary Bench, elected by the Gaza Electoral Circle.

■ **Announcement of 14 February 2020:**

Concerning the vacancy left by Mr Tomás Augusto Salomão is filled by Mrs Florência André Calane, deputy deputy of the Frelimo Parliamentary Bench, elected by the Tete Electoral Circle.

PRESIDENCY OF THE REPUBLIC:

■ **Presidential Decree No. 5/2020:**

Defines the duties and competences of the Ministry of Labor and Social Security, created by Article 2 (a) of Presidential Decree No. 2/2020, of 30 January and repeals Presidential Decree No. 16/2015, of 25 March.

■ **Presidential Decree No. 6/2020:**

Defines the duties and competences of the Ministry of Economy and Finance, created by Presidential Decree No. 1/2015, of 16 January and repeals Presidential Decree No. 6/2015, of 2 March.

■ **Presidential Decree No. 7/2020:**

Defines the duties and competences of the Secretariat of State for Youth and Employment, created by Presidential Decree No. 2/2020, of 30 January.

■ **Presidential Decree No. 8/2020:**

Creates the Interministerial Commission for the Installation of State Representative Bodies in the Province and Provincial Decentralized Governance Bodies (CIOREPOGD).

■ **Presidential Decree No. 9/2020:**

Defines the duties and powers of the Secretariat of State for Sport, created by Presidential Decree No. 2/2020, of 30 January.

■ **Presidential Decree No. 10/2020:**

Grants pardons to some citizens in the spirit of humanism, respect and protection of the dignity of the human person and for the solidarity that characterizes the Rule of Law and Mozambican society.

■ **Presidential Decree No. 11/2020:**

Declares the State of Emergency, for reasons of public calamity, throughout the national territory.

■ **Presidential Dispatch No. 140/2020:**

Appoints Lúcia Fernanda Buinga Maximiano do Amaral, to the position of President of the Administrative Court.

COUNCIL OF MINISTERS:

■ **Decree No. 8/2020:**

Adopts the Civil Aviation Security Regulation against Acts of Unlawful Interference, abbreviated as MOZCAR PART 108.

■ **Resolution No.13/2020:**

Ratifies the Guarantee Term, issued by the Government of the Republic of Mozambique, on December 24, 2019, in the amount of 2,726,676,127.00 (two thousand, seven hundred and twenty-six million, six hundred and seventy-six thousand, one hundred and twenty-seven Meticais), intended to supporting PETROMOC in the import of fuel in the period from December 26, 2019 to January 7, 2020, with BCI - *Banco Comercial e de Investimentos*.

■ **Resolution No. 14/2020:**

Ratifies the Guarantee Term, issued by the Government of the Republic of Mozambique, on December 24, 2019, in the amount of 3,100,000,000.00 (three thousand and one hundred million Meticais), intended to support PETROMOC in the import of fuel in the period from December 26, 2019 to January 7, 2020, with Millennium BIM.

■ **Resolution No. 19/2020:**

Appoints Armando Alexandre Panguene to the position of President of the *Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte*, abbreviated as ADIN.

■ **Resolution No. 20/2020:**

Creates the Technical-Scientific Commission for the Prevention and Response to the Pandemic of COVID-19, an organ for consultation and technical advice to the Government that works in the Ministry of Health

■ **Rectification:**

Decree No. 2/2020, of 8 January (established the rules of organizati-

on, competences and functioning of the executive bodies of provincial decentralized governance).

CONSTITUTIONAL COUNCIL:

■ **Judgment No. 1/CC/2020:**

Declares the unconstitutionality of the norm contained in paragraph 3 of Law No. 29/2009, of 29 September (Law on Domestic Violence against Women) for violation of paragraph 2 of article 59, paragraphs 1 and 3 of article 56 and of 4 of article 2, all of the Constitution of the Republic of Mozambique.

MINISTRY OF JUSTICE, CONSTITUTIONAL AND RELIGIOUS AFFAIRS:

■ **Ministerial Diploma No. 15/2019:**

Creates the *Unidade de Produção Penitenciária Agro-Pecuária de Magude Magude* and approves the respective Internal Regulations.

MINISTRY OF ECONOMY AND FINANCE:

■ **Ministerial Diploma No. 88/2019:**

Approves the Internal Regulations of the *Instituto Nacional de Previdência Social*, abbreviated as INPS, IP.

MINISTRY OF STATE ADMINISTRATION AND PUBLIC FUNCTION:

■ **Ministerial Diploma No. 12/2020:**

Approves the staff of the District of Macate.

MINISTRY OF HEALTH:

■ **Ministerial Diploma No. 9/2020:**

Creates the Maputo City Provincial Delegation of the *Instituto Nacional de Saúde*.

■ **Ministerial Diploma No. 10/2020:**

Creates the Sofala Provincial Delegation of the *Instituto Nacional de Saúde*.

■ **Ministerial Diploma No. 11/2020:**

Creates the Nampula Provincial Delegation of the *Instituto Nacional de Saúde*.

MINISTRY OF SCIENCE AND TECHNOLOGY, HIGHER EDUCATION AND TECHNICAL PROFESSIONAL:

■ **Dispatch of January 21, 2020:**

Ratifies the General Internal Regulations of the *Universidade Joaquim*

Chissano, abbreviated as UJC.

MINISTRY OF SCIENCE AND TECHNOLOGY, HIGHER EDUCATION AND TECHNICAL PROFESSIONAL :

■ Dispatch of January 21, 2020:

Ratifies the General Internal Regulations of the *Universidade Joaquim Chissano*, abbreviated as UJC.

MINISTRY OF EDUCATION AND HUMAN DEVELOPMENT:

■ Ministerial Diploma No. 7/2020:

Approves the Regulation of the Distance Secondary Education Program, abbreviated as RPESD.

INTERMINISTERIAL COMMISSION FOR PUBLIC ADMINISTRATION REFORM:

■ Resolution No. 1/2020:

Approves the criteria of qualifying of

the employees of the *Autoridade Tributária de Moçambique* for the operationalization of the transition provided for in Annex III of Resolution No. 21/2018, of 11 July.

■ Resolution No. 2/2020:

Creates the Careers of Public Finance Systems Specialist, Senior Technician of Public Finance Systems and Professional Technician of Public Finance Systems and the functions of Director of Central Service of CEDSIF, IP, Advisor to the Chairman of the Board of Directors of CEDSIF, IP, Head of the Central Autonomous Department of CEDSIF, IP, head of office of CEDSIF, IP, Project Manager of CEDSIF, IP and Delegate of CEDSIF, IP.

■ Resolution No. 3/2020:

Approves the Organic Statute of the Ministry of Agriculture and Rural De-

velopment and repeals Resolution No. 4/2015, of 26 June, of the Interministerial Commission for the Reform of Public Administration.

NATIONAL PRESS OF MOZAMBIQUE:

■ Rectification:

Concerning Presidential Order No. 107/2020, of 6 February, published in the Boletim da República No. 24, of 6 February 2020 (appointed Adelaide Anchia Amurane, for the position of Minister in the Presidency for Civil Affairs).

DECISIONS TAKEN BY THE COUNCIL OF MINISTERS - MARCH

- Proposal Government Five-Year Program 2020/2024, to be submitted to Assembly of the Republic.
- Decree that approves the Regulation of Procedures for the Suspension of Monthly Remuneration and Payment of the Fine Applied to the Holders of Position or Public Function subject to Declaration of Assets and Patrimony in the cases of their presentation outside the legal deadline or non-presentation of the same.
- Decree that approves the Rules for the Organization and Functioning of Support Services to the Administrative Court, the Provincial Administrative Courts and the Administrative Court of the Maputo City.
- Resolution that classifies the Cities and Towns of the Country, at levels A, B, C and D. which aims to adapt the level of Cities and Towns to the current reality based on population growth and the degree of economic, social and cultural, translated into indicators that allow an objective assessment, in the light of Decree No. 20/2015, of 4 September that establishes the rules and criteria for the classification of districts and urban areas.
- Resolution that classifies the Districts of the Country, at levels A, B and C and aims to adapt the classification of the Districts to the current reality, based on their economic, social and cultural development translated into indicators that allow an objective assessment, in the light of Decree no. 20/2015, of 4 September, which establishes the rules and criteria for the classification of districts and urban areas in the country.
- Report of 2019 Youth Policy Implementation to be submitted to the Assembly of the Republic.
- Decree adopting the Civil Aviation Security Regulation against Acts of Unlawful Interference (MOZ-CAR PART 108).
- Resolution that approves the Forest Policy and Strategy for its Implementation, 2020/2035, due to the need to adapt and update the political framework of the forest sector with the adoption of a Forest Policy and the respective Implementation Strategy that ensures greater defense of the Environment and protection of these resources.
- Decree that establishes the Norms and Criteria for the Organization of Provincial Services of State Representation.
- Decree that approves, the Norms and Criteria for the Organization of the Provincial Services of State Representation in the Maputo City.
- Decree that approves the Norms and Criteria for the Organization of the Provincial Directorates.
- Decree creating the Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte, abbreviated as ADIN, a public institution, endowed with legal personality, with administrative and financial autonomy, supervised by the Council of Ministers, with headquarters in the Province of Cabo Delgado, which carries out its activities to promote multiform actions aimed at the socio-economic development of the provinces of Cabo Delgado, Niassa, and Nampula.

BDO IS ONE OF THE TOP 5 ACCOUNTING NETWORKS

At year end on 30 September 2019, BDO's global network provides advisory services in 167 countries, with close to 88,120 people working out of more than 1,809 offices worldwide. We have demanding client service standards that all our firms must meet and we trust our people to use their skills and experience to deliver the exceptional service global clients expect.



167
Countries



1 809
Offices



88,120
Staff

AUDIT

In addition to validating financial information of companies and institutions, we analyze not only the correct application of standards and legislation, but also the internal control system and continuity of operations.

Our professional intervention in this area includes, in particular:

- Complete audit the financial statements;
- Review internal control;
- Limited review financial statements;
- Examination of prospective financial information;
- Specific audits (incentives, due diligence, accounting, research, statistics);
- Internal audit, management, information technology, taxation and others.

ACCOUNTING

BDO is the largest provider of accounting services in the country, with more than 40 technicians and hundreds of devoted customers.

We present the ideal solution for the businessmen or institution wishing to focus on their core business leaving highly risky specialized administrative tasks to professionals and experts.

The main services we provide are the following:

- Transition and implementation of IFRS;
- Accounting Service;
- Accounting Outsourcing;
- Payroll Services;
- Consolidation of accounts;
- Training.

ADVISORY

BDO Advisory has qualified advisors to support solutions that generate added value for companies and other entities increasingly look for our services. The large experience of BDO allows companies to benefit from functional and practical solutions designed by our team of advisors with the use of advanced technological tools and always taking into account the particularities of each business.

In this context, we provide the following services:

- Evaluation of companies;
- Feasibility studies;
- Investment and Financing;
- Restructuring of companies and organizations;
- Strategic plans and business plans;
- Information systems advisory, with particular emphasis to the implementation of integrated systems and developments;
- Advice on Human Resources;
- Specific training.

TAX

BDO Tax monitors the compliance with the obligations of the companies, institutions and individuals, and shall review tax strategies with the aim of optimizing tax solutions and minimize tax risk.

Our services include:

- Monitoring of compliance with tax obligations and charges;
- Mergers and Acquisitions;
- Process of insolvency;
- Full tax situations diagnosis;
- Tax planning and prevention;
- Studies of fiscal framework;
- Taxation of expatriates;
- Collection of tax incentives;
- Support expatriates;
- Support transfer of capital.

CONTACTS

25 de Setembro Avenue, 1230,
3th Floor Block 5 CP 4200
Maputo
Republic of Mozambique

Tel.: +258 21 300720
Email: eferreira@bdo.co.mz

www.bdo.co.mz

This information has been carefully prepared, but it has been written in general terms and should be seen as broad guidance only. The information cannot be relied upon to cover specific situations and you should not act, or refrain from acting, upon the information contained therein without obtaining specific professional advice. Please contact BDO Lda. to discuss these matters in the context of your particular circumstances. BDO Lda., its partners, employees and agents do not accept or assume any liability or duty of care for any loss arising from any action taken or not taken by anyone in reliance on this information or for any decision based on it.

BDO Lda., a Mozambican limited company, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and forms part of the international BDO network of independent member firms.

BDO is the brand name for the BDO network and for each of the BDO Member Firms

Legal authorization to work in Audit and Certification of Accounts by order of 27/10/99 Vice-Minister of Planning and Finance

Copyright © BDO Lda. All rights reserved.



. Please consider the environment before printing this document